

Tribunal de Contas do Estado da Paraíba

Documento Nº 75487/24

EXERCÍCIO: 2024

SUBCATEGORIA: Licitações

JURISDICIONADO: Câmara Municipal de Condado

DATA DE ENTRADA: 26/06/2024

ASSUNTO: Licitação - 00001/2024 - Inexigibilidade (Lei Nº 14.133/2021) -

CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA CONTÁBIL, PARA PRESTAR SERVIÇOS A CÂMARA MUNICIPAL DE CONDADO, NO EXERCÍCIO

FINANCEIRO DE 2024.

INTERESSADOS:

Vanderlucia Vieira Silva Felipe da Costa



CONTABILIDADE E CONSULTORIA

A

Câmara Municipal de Condado

Condado - PB

ROGERIO ARAUJO DE MELO

CNPJ: 17.311.724/0001-59

Assunto: Proposta de Preço

Senhores

Desejando a Câmara Municipal de Condado, contratar os serviços abaixo relacionados, estamos apresentando proposta de preço:

ГГЕМ	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	Valor Mensal	QUANT	Valor Total
	Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços na área de contabilidade pública sendo; Registro Contábil, elaboração de balancete mensal, balanço anual, RGF e SAGRES.		5.500,00	7	38.500,00

Caso nossa proposta seja aceita, comprometemo-nos a prestar serviços dentro do prazo previsto, conforme solicitação da Câmara Municipal de Condado

Concordamos em manter esta proposta pelo período de 30(trinta)dias a partir da data fixada abaixo. A qual será mantida por todo e qualquer tempo antes da expiração do período.

Sousa-PB, 06 de Junho de 2024.

ROGERIO ARAÚJO DE MELO - ME CNPJ- 17.311.724/0001 - 59

(83) 9 8159.5681 | (83) 9 8153.2230 rogeriodemelo02@gmail.com

Rua: Joaquim Pinto de Oliveira, nº 1 | 1º andar, Bairro Gato Preto, Sousa - PB



ASSESSORIA JURÍDICA

Origem: EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS N.º IN00001/2024

SECRETÁRIA EXECUTIVA DA CÂMARA

MUNICIPAL DE CONDADO -PB

Assunto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA CONTÁBIL, PARA PRESTAR SERVIÇOS A CÂMARA MUNICIPAL DE CONDADO, NO EXERCÍCIO

FINANCEIRO DE 2024.

Interessados: Câmara Municipal de Condado e: ROGERIO

ARAUJO DE MELO.

Anexo: Exposição de motivos correspondente e seus

elementos, inclusive a minuta do respectivo

contrato.

PARECER

Analisada a matéria, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Lei Federal nº 14.039, de 17 de agosto de 2020; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e observado o teor dos documentos e informações apresentados, esta Assessoria Jurídica é de parecer favorável ao reconhecimento da situação de Inexigibilidade de Licitação, como se contém no despacho de acolhimento exarado pela Senhora Presidenta, o qual está de acordo com o Art. 74, inciso III, alínea c, da Lei 14.133/21, consideradas, ainda, as disposições da Lei 14.039/20.

Quanto à formalização do processo, restou demonstrado o atendimento dos requisitos exigidos no Art. 72, da Lei 14.133/21; estando devidamente instruído, inclusive, dos seguintes elementos: documento de formalização de demanda; termo de referência; estimativa da despesa definida por meio de parâmetro de aferição do melhor preço na forma estabelecida no Art. 23, § 1°, da Lei 14.133/21; demonstração da compatibilidade da previsão de recursos





orçamentários com o compromisso a ser assumido; razão da escolha do contratado; justificativa de preço; e autorização da autoridade competente.

Esta Assessoria Jurídica esclarece, ainda, que deverá ser juntada aos autos a documentação da comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária e, conforme o disposto no parágrafo único do Art. 72, da Lei 14.133/21, deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, o ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato celebrado; observadas as disposições do referido diploma legal.

Condado - PB, 10 de Junho de 2024.

CLEODON BEZERRA LEITE FILHO

Assessor Jurídico OAB/PB: 19.143





GABINETE DA PRESIDENTA

REFERENTE: PROCEDIMENTO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO **AUTORIZAÇÃO**

Expediente: SOLICITAÇÃO

Secretária Executiva da Câmara

Municipal de Condado -pb.

Assunto: Procedimento de inexigibilidade de

licitação.

Anexo: Solicitação correspondente devidamente

instruída com a justificativa para a necessidade da demanda requerida.

DESPACHO

AUTORIZO a realização do procedimento de Inexigibilidade de Licitação, nos termos do Art. 74, inciso III, alínea c, da Lei 14.133/21, consideradas, ainda, as disposições da Lei 14.039/20, objetivando:

CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA CONTÁBIL, PARA PRESTAR SERVIÇOS A CÂMARA MUNICIPAL DE CONDADO, NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024.

Destaca-se que o referido certame, conforme evidenciado na etapa inicial do processo, será regido pela seguinte regra:

Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Conforme informação do setor responsável existe disponibilidade de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado, inclusive restou devidamente demonstrada a compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido.



Remeta-se a solicitação em tela, instruída de todas as informações e elementos correspondentes inclusive com a justificativa para a necessidade da demanda requerida, ao Setor de Contratação deste órgão para formalização do referido procedimento de contratação direta por Inexigibilidade de Licitação.

Condado - PB, 07 de junho de 2024.

Vanderlucia Vieira Silva Felipe da Costa
VANDERLUCIA VIEIRA SILVA FELIPE DA COSTA

Presidenta



CONTABILIDADE E CONSULTORIA

A

Câmara Municipal de Condado

Condado - PB

ROGERIO ARAUJO DE MELO

CNPJ: 17.311.724/0001-59

Assunto: Proposta de Preço

Senhores

Desejando a Câmara Municipal de Condado, contratar os serviços abaixo relacionados, estamos apresentando proposta de preço:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	Valor Mensal	QUANT	Valor Total
	Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços na área de contabilidade pública sendo: Registro Contábil, elaboração de balancete mensal, balanço anual, RGF e SAGRES.		5.500,00	7	38.500,00

Caso nossa proposta seja aceita, comprometemo-nos a prestar serviços dentro do prazo previsto, conforme solicitação da Câmara Municipal de Condado

Concordamos em manter esta proposta pelo período de 30(trinta)dias a partir da data fixada abaixo. A qual será mantida por todo e qualquer tempo antes da expiração do período.

Sousa- PB, 06 de Junho de 2024.

ROGERIO ARAÚJO DE MELO - ME CNPJ: 17.311.724/0001 - 59

(83) 9 8159.5681 | (83) 9 8153.2230

rogeriodemelo02@gmail.com

Rua: Joaquim Pinto de Oliveira, nº 1 | 1º andar, Bairro Gato Preto, Sousa - PB



Ato que autoriza a Contratação Direta nº 1/2024

Última atualização 10/05/2024

Local: Jericó/PB Órgão: JERICO-CAMARA MUNICIPAL Unidade compradora: 002 - CÁMARA MUNICIPAL DE JERICÓ

Modalidade da contratação: Inexigibilidade Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 74, III, c Tipo: Ato que autoriza a Contratação Direta

Modo de Disputa: Não se aplica Registro de preço: Não

Data de divulgação no PNCP: 10/05/2024 Situação: Divulgada no PNCP

Histórico

Id contratação PNCP: 01633342000101-1-000006/2024 Fonte: Elmar Tecnologia

Objeto:

Contratação de empresa especializada em serviços técnicos profissionais em assessoria qualificada em contabilidade pública no acompanhamento da execução orçamentária e financeira por fonte de recursos (contabilização, classificação e emissão de balancetes, balanços e demonstrações periódicos), prestação de contas mensais (sagres) junto ao tribunal de contas do estado da Paraíba - TCE/PB

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

Arquivos

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA

R\$ 42,000,00

Itens

R\$ 42,000,00

Número :	Descrição :	Quantidade :	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Detalhar
1	Serviços técnicos profissionais em assessoria qualificada em contabilidade pública no acompanhamento da execução orçamentária e financeira por fonte de	7	R\$ 6.000,00	R\$ 42.000.00	0
	recursos (contabilização, classificação e emissão de balancetes, balanços e demonstrações periódicos), prestação de contas mensais				
	(sagres) junto ao tribunal de contas do estado da Paraiba - TCE/PB				



< Voltar

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contralações Publicas (PNCP) é o sitio eletrônico oficial destinado a divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

El gendo pelo Comite Gestorina Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado Jeilberais o com suas al nuncoes estabeles das no Decreto nº 10.764, de 9 de acosto de 2021.

O desenvolvimento, de sa versão do Portal e um esforço conjunto de construção de uma concepcão direto leual, homologado polos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação fided precide o corretude da informações e dos arquivos relativos as contratações disposibilidadas no PNCP por forca da Lei nº 14.133/2021 são de estría responsabilidade dos forgãos o entidados contratantes.

https://portaldeservicos.economia.gov.br



Person

Texto dostinado a unibição de informações relacionadas à licença de uso.





Ato que autoriza a Contratação Direta nº 5/2024

Última atualização 28/05/2024

Local: Sapé/PB Órgão: CAMARA MUNICIPAL DE SAPE Unidade compradora: 1 - CÁMARA MUNICIPAL DE SAPÉ

Modalidade da contratação: Inexigibilidade Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 74, III, c Tipo: Ato que autoriza a Contratação Direta

Modo de Disputa: Não se aplica Registro de preço: Não

Data de divulgação no PNCP: 28/05/2024 Situação: Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 09232679000119-1-000008/2024 Fonte: Elmar Tecnologia

Objeto:

Serviços de assessoria e consultoria técnica especializada - contábil

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA

P\$ 60 500.00

R\$ 60.500,00

Itens	Arquivos	Histórico					
45	Descrição		Quantidade :	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Deta	alhar
Número :	Descrição			, 1 11 11 11	R\$ 60.500,00	0	
1	técnica contá orçamentária administrativ da prestação anuais desta Municipal de Contratado seus serviço Câmara Mun com visitas disso, ficará disposição seu escritón	os de assessoria dibil, a, financeira e va, e elaboração o de contas a Câmara e Sapé. O deverá prestar os na sede da nicipal de Sapé, sistemáticas, fora diariamente em rio ou quando	1	R\$ 60.500,00	R\$ 00.300,00		
	convocado	aleatoriamente.					
					Págin	a	7

1-1 de 1 itens





https://portaldeservicos.ecoriomia.gov.br

11

(Champ)

Texto destinado a exibição de informações relacionadas à licença de uso.







Ato que autoriza a Contratação Direta nº 1/2024

Última atualização 13/06/2024

Local: Lagoa/PB Órgão: LAGOA CAMARA MUNICIPAL Unidade compradora: 2508109 - CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA

Modalidade da contratação: Inexigibilidade Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 74, III, c Tipo: Ato que autoriza a Contratação Direta

Modo de Disputa: Não se aplica Registro de preço: Não

Data de divulgação no PNCP: 13/06/2024 Situação: Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 24510612000192-1-000006/2024 Fonte: Elmar Tecnologia

Objeto:

CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA CONTÁBIL, PARA PRESTAR SERVIÇOS A CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA-PB, NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA

R\$ 52.000.00

R\$ 52,000.00

Itens	Arquivos Histórico				
Número :	Descrição a	Quantidade ;	Valor unitário estimado g	Valor total estimado	Detalha
1	Elaboração de Balancetes Mensais da CÂMARA, do sistema de contabilidade orçamentaria, financeira, patrimonial e de	8	R\$ 6.500,00	R\$ 52.000,00	0
	compensação, através de processo informatizado Windows, para remessa ao egrégio Tribunal de Contas do Estado e Poder Legislativo, com apresentação das pecas				

Elaboração do RGF-Relatório de Gestão Fiscal Visitas Periódicas de Contador na Câmara Municipal de Lagoa-

técnicas disciplinadas pelas resoluções do Tribunal de Contas; Elaboração do SAGRES-Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade: Acompanhamento do SAGRES Diário; Elaboração do REO-Relatório Resumido da Execução Orcamentaria:

1-1 de 1 itens



< Voltar



El gerido pelo Comité Gru or da Rode Nacional de Contratações Públicas, um colegiado desberativo com suo intribuições estabelecidas no Decreto nº 10764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dinsini versão do Portal e um esforço conjunto de construção de uma concepção direta leo II humologado pelos indicados a compor o atudido comitê.

A adequação fidad garante o corretude das informações e dos arquivos relativos às contrafações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

- https://portaldeservicos.economia.gov.br
- J 0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS

illing) Adelera

Texto destinado a exibição de informações relacionadas a ticenca de uso.



TERMO DE REFERÊNCIA

1.0.DO OBJETO

- 1.1.Constitui objeto do presente Termo de Referência a pretensa: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA CONTÁBIL, PARA PRESTAR SERVIÇOS A CÂMARA MUNICIPAL DE CONDADO, NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024.
- 1.2.A contratação do serviço, objeto deste termo de referência, deverá considerar os seguintes normativos: Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Lei Federal nº 14.039, de 17 de agosto de 2020; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas.

2.0.JUSTIFICATIVA

- 2.1. Para a contratação:
- 2.1.1.A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: A contratação acima descrita está sendo solicitada, nos termos das especificações técnicas e informações complementares que a acompanham, quando for o caso, motivada: A contratação dos serviços técnicos especializados de contabilidade pública e apoio administrativo tem como intuito primordial atender as necessidades da legislação, dos órgãos de controle e princípios da administração pública, assim como o interesse público em geral.
- 2.2. Para a estimativa de quantitativo:
- 2.2.1.O quantitativo e a respectiva unidade da presente contratação em função do serviço delineado e utilização prováveis, foram devidamente definidos mediante observância à previsão da demanda a ser atendida e possíveis alterações em decorrência das atividades a serem desenvolvidas e seus desdobramentos, bem como considerando o orçamento disponível e ainda a sequência histórica da realização de despesas semelhantes, quando existente.

3.0.DO SERVIÇO

3.1. As características e especificações do objeto da referida contratação são:

CÓDIGO DESCRIÇÃO DO ITEM 1 Contratação de pessoa jurídica para prestação Mensal 7 de serviços na área de contabilidade pública sendo; Registro Contábil, elaboração de



balancete mensal; balanço anual, RGF e SAGRES, Para a Câmara Municipal de Condado –PB.

4.0.DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME/EPP

- 4.1. Salienta-se que na referida contratação, não será concedido o tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos das disposições contidas nos Arts. 47 e 48, da Lei Complementar nº 123/2006, visto estar presente a condição prevista no inciso IV, do Art. 49, do mesmo diploma legal: Licitação inexigível Art. 74, III, da Lei Federal nº 14.133/21; e Lei Federal nº 14.039/20.
- 4.2.No processo, portanto, deverá ser considerado quaisquer fornecedor ou executante em potencial que se enquadre nos requisitos da norma para as hipóteses de inexigibilidade de licitação, inclusive as Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Equiparados, nos termos da legislação vigente.

5.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 5.1. Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis.
- 5.2. Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.
- 5.3.Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.
- 5.4.Observar, em compatibilidade com o objeto da contração, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

6.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 6.1.Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado.
- 6.2. Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento.
- 6.3.Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante.



- 6.4.Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de regularidade e qualificação exigidas no respectivo processo de contratação direta por Inexigibilidade de Licitação, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.
- 6.5.Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente apresentou a documentação de regularidade e qualificação exigidas quando da instrução do referido processo de contratação direta.
- 6.6.Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.
- 6.7. Observar, em compatibilidade com o objeto da contração, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

7.0.DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA

- 7.1.O prazo máximo para a execução do objeto desta contratação e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da assinatura do Contrato ou equivalente:
- 7.1.1.Início: Imediato;
- 7.1.2. Conclusão: 7 (sete) meses.
- 7.2.A vigência da presente contratação será determinada: até o final do exercício financeiro de 2024, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21, especialmente as disposições do Art. 107, por tratar-se a presente contratação, de serviço contínuo.

8.0.DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE

- 8.1.Os preços contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano.
- 8.2.Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA–IBGE acumulado, tomando–se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 8.3.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 8.4.No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.



- 8.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 8.6.Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.8.O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.
- 8.9.O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

9.0.DO PAGAMENTO

9.1.O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

10.0.DA VERIFICAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.1.Se necessária a verificação da qualificação técnica e econômico-financeira do licitante, a documentação essencial, suficiente para comprovar as referidas capacidades, será restrita aquela definida nos Art. 67 e 69, da Lei 14.133/21, respectivamente.

10.2. Salienta-se que a documentação relacionada nos Arts. 66 a 69, da Lei 14.133/21, para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto eventualmente pactuado, dividida em habilitação jurídica; qualificação técnico-profissional e técnico-operacional; habilitações fiscal, social e trabalhista; e habilitação econômico-financeira; poderá ser dispensada, total ou parcialmente, nas contratações em valores inferiores a um quarto do limite para dispensa de licitação para compras em geral, conforme as disposições do Art. 70, do mesmo diploma legal.

11.0.DO CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

11.1.Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para



receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

11.2.Por se tratar de serviço, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contatado. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinatura pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

12.0.DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

12.1. Serão designados pelo Contratante representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do contrato, nos termos do Art. 117, da Lei 14.133/21, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

13.0.DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1.O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a - advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b - multa de mora de 0,5% (zero virgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d - impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de cinco anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.



13.2.Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

14.0.DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

14.1.Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: EM = N × VP × I, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX ÷ 100) ÷ 365, sendo TX = percentual do IPCA–IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Condado - PB, 07 de junho de 2024.

MARIA SOLANGE VIEIRA DO NASCIMENTO

Haria Solonge Viva do Nascimento

Secretária Executiva da Câmara Municipal de Condado -PB



DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA - DFD

1.0.IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA

- 1.1. Constitui objeto da pretensa contratação: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA CONTÁBIL, PARA PRESTAR SERVIÇOS A CÂMARA MUNICIPAL DE CONDADO, NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024.
- 1.2. Classificação do objeto: Comum.

2.0.NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.A contratação descrita é essencial: A contratação acima descrita está sendo solicitada, nos termos das especificações técnicas e informações complementares que a acompanham, quando for o caso, motivada: A contratação dos serviços técnicos especializados de contabilidade pública e apoio administrativo tem como intuito primordial atender as necessidades da legislação, dos órgãos de controle e princípios da administração pública, assim como o interesse público em geral.

3.0.ALINHAMENTO AOS PLANOS DA ADMINISTRAÇÃO

3.1.A contratação pretendida está alinhada aos planos estratégicos da Administração, delineados nas diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas, onde estão fixadas e detalhadas as respectivas ações ao alcance dos objetivos institucionais, primando pela eficácia, eficiência e efetividade dos respectivos projetos, programas e processos.

4.0.REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. As características e especificações do objeto da referida contratação são:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE
DFD 1	Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços na área de contabilidade pública sendo; Registro Contábil, elaboração de balancete mensal; balanço anual, RGF e SAGRES, Para a Câmara Municipal de Condado—PB.		7

- 4.2.O prazo máximo para a execução do objeto desta contratação e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da assinatura do Contrato ou equivalente:
- 4.2.1.Início: Imediato;



- 4.2.2.Conclusão: 7 (sete) meses.
- 4.3.A vigência da presente contratação será determinada: até o final do exercício financeiro de 2024, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21, especialmente as disposições do Art. 107, por tratar-se a presente contratação, de serviço contínuo.
- 4.4.0 serviço a ser contratado, para o caso das atividades decorrentes a serem desenvolvidas pela Administração, é considerado continuado, pois visa atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das ações programadas, de modo que sua interrupção na forma como se apresenta, pode comprometer a devida prestação dos serviços.

5.0.JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

5.1.A solução que melhor atende aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional, é a pretensa: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA CONTÁBIL, PARA PRESTAR SERVIÇOS A CÂMARA MUNICIPAL DE CONDADO, NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024.

6.0.ESTIMATIVA DOS PREÇOS

- Na pretensa contratação o valor estimado foi definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização do seguinte parâmetro: composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.
- 6.2. Com base nos custos para execução do objeto da contratação, definidos por meio de parâmetro de aferição do melhor preço na forma estabelecida no Art. 23, § 1°, da Lei 14.133/21, relacionamos abaixo o preço de referência considerado satisfatório.
- 6.3.0 valor total é equivalente a R\$ 38.500,00.

7.0.PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. Relativamente ao procedimento em tela, existe previsão de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado, conforme consulta prévia efetuada ao setor responsável.



8.0.RESULTADOS PRETENDIDOS

- 8.1.A Administração almeja com a contratação da pretensa solução, em termos de economicidade, eficácia, eficiência e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos, os seguintes resultados:
- 8.1.1.Em termos de economicidade, a efetivação da melhor contratação viável, especialmente quanto ao melhor custo beneficio, relativamente a: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA CONTÁBIL, PARA PRESTAR SERVIÇOS A CÂMARA MUNICIPAL DE CONDADO, NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024;
- 8.1.2.Com relação à eficácia, o atendimento de todas as demandas logísticas e funcionais, no suporte às atividades finalísticas da Administração, inerentes aos correspondentes serviços prestados de interesse público. Quanto à eficiência, assegurar a continuidade da prestação regular de tais serviços, com demanda notadamente crescente, e do uso racional dos recursos financeiros disponíveis;
- 8.1.3.Relativo ao melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros, com a referida contratação, da forma como se apresenta consideradas as especificações, prazos, quantitativos e demais exigências devidamente definidas -, espera-se o regular cumprimento, por parte do interessado que venha a ser contratado, de todas as obrigações e compromissos assumidos, pois, desse modo, não haverá a necessidade de rescisão contratual ou outras sanções em decorrência de inexecução do instrumento de ajuste pactuado, permitindo ao contratante, em vez de envidar esforços para a realização de novo certame destinado a contratação do mesmo objeto, destinar seus recursos humanos, materiais e financeiros para outras atividades fins da Administração;
- 8.1.4.Entende-se que a correta execução do objeto da contratação em tela, cuja regularidade será fiscalizada pela Administração, não atenta quanto ao meio ambiente e, principalmente, não acarretará impactos ambientais negativos.

9.0.DA CONTRATAÇÃO

9.1.Forma de contratação:

9.1.1.Inexigibilidade, nos termos do Art. 74, inciso III, alínea c, da Lei 14.133/21.

Condado - PB, 06 de junho de 2024.

MARIA SOLANGE VIEIRA DO NASCIMENTO

Maria Solonge Vivia do Naximento

Secretária Executiva da Câmara Municipal de Condado -PB



JUSTIFICATIVA PARA A ESTIMATIVA DE QUANTITATIVO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA CONTÁBIL, PARA PRESTAR SERVIÇOS A CÂMARA MUNICIPAL DE CONDADO, NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024.

1.0.DA JUSTIFICATIVA

1.1.A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: A contratação acima descrita está sendo solicitada, nos termos das especificações técnicas e informações complementares que a acompanham, quando for o caso, motivada: A contratação dos serviços técnicos especializados de contabilidade pública e apoio administrativo tem como intuito primordial atender as necessidades da legislação, dos órgãos de controle e princípios da administração pública, assim como o interesse público em geral.

1.2.O quantitativo e a respectiva unidade da presente contratação em função do serviço delineado e utilização prováveis, foram devidamente definidos mediante observância à previsão da demanda a ser atendida e possíveis alterações em decorrência das atividades a serem desenvolvidas e seus desdobramentos, bem como considerando o orçamento disponível e ainda a sequência histórica da realização de despesas semelhantes, quando existente.

2.0.DO SERVIÇO

2.1.O quantitativo e a respectiva unidade da presente contratação em função do serviço delineado e utilização prováveis são:

CÓDI	GODISCRIMINAÇÃO	OBS	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços na área de contabilidade pública sendo; Registro Contábil, elaboração de balancete mensal; balanço anual, RGF e SAGRES, Para a Câmara Municipal de Condado –PB.		Mensal	7

Observação: as especificações do objeto estão discriminadas no Termo de Referência.



Condado - PB, 06 de junho de 2024.

Maria Solonge Vivia do Nascimento MARIA SOLANGE VIEIRA DO NASCIMENTO

Secretária Executiva da Câmara Municipal de Condado -PB

Rua Descartes Leite Fontes, S/N, Centro, Condado-PB. CEP: 58.714-000



CONTABILIDADE E CONSULTORIA

A

Câmara Municipal de Condado

Condado - PB

ROGERIO ARAUJO DE MELO

CNPJ: 17.311.724/0001-59

Assunto: Proposta de Preço

Senhores

Desejando a Câmara Municipal de Condado, contratar os serviços abaixo relacionados, estamos apresentando proposta de preço:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	Valor Mensal	QUANT	Valor Total
	Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços na área de contabilidade pública sendo: Registro Contábil, elaboração de balancete mensal, balanço anual, RGF e SAGRES.		5.500,00	7	38.500,00

Caso nossa proposta seja aceita, comprometemo-nos a prestar serviços dentro do prazo previsto, conforme solicitação da Câmara Municipal de Condado

Concordamos em manter esta proposta pelo período de 30(trinta)dias a partir da data fixada abaixo. A qual será mantida por todo e qualquer tempo antes da expiração do período.

Sousa- PB, 06 de Junho de 2024.

ROGERIO ARAÚJO DE MELO - ME CNPJ: 17.311.724/0001 - 59

(83) 9 8159.5681 | (83) 9 8153.2230

rogeriodemelo02@gmail.com

Rua: Joaquim Pinto de Oliveira, nº 1 | 1º andar, Bairro Gato Preto, Sousa - PB



Ato que autoriza a Contratação Direta nº 1/2024

Última atualização 10/05/2024

Local: Jericó/PB Órgão: JERICO-CAMARA MUNICIPAL Unidade compradora: 002 - CÁMARA MUNICIPAL DE JERICÓ

Modalidade da contratação: Inexigibilidade Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 74, III, c Tipo: Ato que autoriza a Contratação Direta

Modo de Disputa: Não se aplica Registro de preço: Não

Data de divulgação no PNCP: 10/05/2024 Situação: Divulgada no PNCP

Histórico

Id contratação PNCP: 01633342000101-1-000006/2024 Fonte: Elmar Tecnologia

Objeto:

Contratação de empresa especializada em serviços técnicos profissionais em assessoria qualificada em contabilidade pública no acompanhamento da execução orçamentária e financeira por fonte de recursos (contabilização, classificação e emissão de balancetes, balanços e demonstrações periódicos), prestação de contas mensais (sagres) junto ao tribunal de contas do estado da Paraíba - TCE/PB

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

Δεσιμίνος

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA

R\$ 42,000,00

Itons

R\$ 42,000,00

lúmero :	Descrição :	Quantidade :	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Detalha
	Serviços técnicos profissionais em assessoria qualificada em contabilidade pública no acompanhamento	7	R\$ 6.000,00	R\$ 42.000.00	0
	da execução orçamentária e				
	financeira por fonte de				
	recursos (contabilização, classificação e emissão de				
	balancetes, balanços e				
	demonstrações periódicos).				
	prestação de contas mensais				
	(sagres) junto ao tribunal de				
	contas do estado da Paraiba -				
	TCE/PB				



< Voltar

Criado peta Lei nº 14.123./21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sitio eletrônico oficial destinado a divulgação centralizada e obrigatoria dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados peto novel diploma.

El gendo pelo Comite Gestorina Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado Jeilberais o com suas al nuncoes estabeles das no Decreto nº 10.764, de 9 de acosto de 2021.

O desenvolvimento dessas ersão do Portal e um esforço conjunto de construção de uma concepção direto leual, homologado celos indicados a compor o alugido comitê.

A adequação fided un quite o corretude das informações e dos arquivos relativas as contratações disposibilidadas no PNCP por forca da Lei nº 14.133/2021 são de estrila responsabilidade dos ésgãos o entidados contratantes.

https://portaldeservicos.economia.gov.br



Errugi Local Labority

Texto dostinado a unibição de informações relacionadas à licença de uso.





Ato que autoriza a Contratação Direta nº 5/2024

Última atualização 28/05/2024

Local: Sapé/PB Órgão: CAMARA MUNICIPAL DE SAPE Unidade compradora: 1 - CÁMARA MUNICIPAL DE SAPÉ

Modalidade da contratação: Inexigibilidade Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 74, III, c Tipo: Ato que autoriza a Contratação Direta

Modo de Disputa: Não se aplica Registro de preço: Não

Data de divulgação no PNCP: 28/05/2024 Situação: Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 09232679000119-1-000008/2024 Fonte: Elmar Tecnologia

Objeto:

Serviços de assessoria e consultoria técnica especializada - contábil

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA

R\$ 60.500.00

R\$ 60.500,00

Itens	Arquivos	Histórico						
	December 2		Quantidade :	Valor unitário estimado	Valor total estimado	De	etalha	ar
Número	Descrição				R\$ 60.500,00	0	9	
1	técnica conta orçamentária administrativ da prestação anuais destá Municipal de Contratado seus serviço Câmara Mu com visitas disso, ficará disposição seu escritó	os de assessoria àbil, a, financeira e va, e elaboração o de contas a Câmara e Sapé. O deverá prestar os na sede da inicipal de Sapé, sistemáticas, fora á a inteira diariamente em	1	R\$ 60.500,00	K\$ 60.500.00			
	convocado	aleatoriamente.			Distrib			5
					Págin	d		

1-1 de 1 itens





https://portaldeservicos.ecoriomia.gov.br

٠. _د .

Chrispi Lucius Sudenes de Lucius Christian

Texto destinado a exibição de informações relacionadas à licença de uso.



Ato que autoriza a Contratação Direta nº 1/2024

Última atualização 13/06/2024

Local: Lagoa/PB Órgão: LAGOA CAMARA MUNICIPAL Unidade compradora: 2508109 - CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA

Modalidade da contratação: Inexigibilidade Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 74, III, c Tipo: Ato que autoriza a Contratação Direta

Modo de Disputa: Não se aplica Registro de preço: Não

Data de divulgação no PNCP: 13/06/2024 Situação: Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 24510612000192-1-000006/2024 Fonte: Elmar Tecnologia

Objeto:

CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA CONTÁBIL, PARA PRESTAR SERVIÇOS A CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA-PB, NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA

R\$ 52.000.00

R\$ 52.000,00

Arquivos	Histórico				
Descrição :		Quantidade	Valor unitário estimado 🤉	Valor total estimado	Detalhar
Mensais da CÂl sistema de con orçamentaria, f patrimonial e d	MARA, do ntabilidade financeira, de	8	R\$ 6.500,00	R\$ 52.000,00	0
	Descrição : Elaboração de Mensais da CÅ sistema de cor orçamentaria, patrimonial e d compensação.		Descrição : Quantidade : Elaboração de Balancetes 8 Mensais da CÂMARA, do sistema de contabilidade orçamentaria, financeira, patrimonial e de compensação, através de	Descrição a Quantidade a Valor unitário estimado a Elaboração de Balancetes 8 R\$ 6.500,00 Mensais da CÂMARA, do sistema de contabilidade orçamentaria, financeira, patrimonial e de compensação, através de	Descrição a Quantidade a Valor unitário estimado a Valor total estim

processo informatizado Windows, para remessa ao egrégio Tribunal de Contas do Estado e Poder Legislativo, com apresentação das pecas técnicas disciplinadas pelas resoluções do Tribunal de Contas; Elaboração do SAGRES-Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade: Acompanhamento do SAGRES Diário; Elaboração do REO-Relatório Resumido da Execução Orcamentaria: Elaboração do RGF-Relatório de Gestão Fiscal Visitas Periódicas de Contador na Câmara Municipal de Lagoa-

Exibin

1-1 de 1 itens

Pagin



< Voltar



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sitio etetrânico oficial destinada à divulgação centralizada e obrigatoria dos atos exigidos em sede de ligitações e contratos administrativos abarcados valo noval dioloma. El gerido pelo Comité Gru or da Rode Nacional de Contratações Públicas, um colegiado desberativo com suo intribuições estabelecidas no Decreto nº 10764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dinsini versão do Portal e um esforço conjunto de construção de uma concepção direta leo II humologado pelos indicados a compor o atudido comitê.

A adequação fide (Lg nearle o corretude das informações e dos arquivos relativos às contrafações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

- https://portaldeservicos.economia.gov.br
- J 0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS

They.

Texto destinado a exibição de informações relacionadas a ticenca de uso.



EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº IN00001/2024

Condado - PB, 10 de junho de 2024.

1.0 - DO OBJETIVO

Tem a presente exposição de motivos o objetivo de esclarecer, em consonância com a legislação vigente, as razões da singularidade da seguinte despesa: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA CONTÁBIL, PARA PRESTAR SERVIÇOS A CÂMARA MUNICIPAL DE CONDADO, NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024.

2.0 - DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação do objeto acima descrito será efetuada, nos termo das especificações técnicas e informações complementares constante desta exposição de motivos, quando for o caso, motivada: A contratação acima descrita está sendo solicitada, nos termos das especificações técnicas e informações complementares que a acompanham, quando for o caso, motivada: A contratação dos serviços técnicos especializados de contabilidade pública e apoio administrativo tem como intuito primordial atender as necessidades da legislação, dos órgãos de controle e princípios da administração pública, assim como o interesse público em geral.

3.0 - DAS RAZÕES DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE

Em decorrência das características e particularidades do objeto da contratação em tela, a mesma poderá ser efetuada junto a: ROGERIO ARAUJO DE MELO - R\$ 38.500,00; pretenso contratado muito bem-conceituado no desempenho das atividades inerentes ao ramo pertinente a sua especialidade, apresentando ótima qualidade e preços dos seus serviços, já comprovados anteriormente, justificando, desta forma, a sua escolha.

4.0 - DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O valor da referida contratação está satisfatório e compatível com os preços praticados no mercado, conforme a correspondente proposta apresentada e levantamento efetuado, mediante pesquisa apropriada, em anexo.

5.0 - DO FUNDAMENTO LEGAL

Entende-se que a regra da obrigatoriedade da licitação não é absoluta, contemplando exceções, que a própria legislação enumera. Portanto a contratação



em comento poderá ser acobertada por Inexigibilidade de Licitação, nos termos do Art. 74, inciso III, alínea c, da Lei 14.133/21; considerado, ainda, o disposto na Lei Federal nº 14.039/20:

"Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:"

"III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:" "c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;"

Lei nº 14.039, de 17 de agosto de 2020:

"Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da OAB), e o Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, para dispor sobre a natureza técnica e singular dos serviços prestados por advogados e por profissionais de contabilidade."

6.0 - DA CONCLUSÃO

A concretização da referida contratação poderia ocorrer com a aprovação de Vossa Excelência do processo em apreço, o qual está devidamente instruído com a documentação pertinente, inclusive a minuta do respectivo contrato.

Atenciosamente,

MARIA SOLANGE VIEIRA DO NASCIMENTO
Secretária Executiva da Câmara Municipal de Condado -PB



REFERENTE: PROCEDIMENTO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

Realização do referido procedimento de contratação direta:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA CONTÁBIL, PARA PRESTAR SERVIÇOS A CÂMARA MUNICIPAL DE CONDADO, NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024.

DECLARAÇÃO

Conforme solicitado, declaramos haver previsão de dotação apropriada no orçamento vigente para a devida execução do objeto a ser contratado ficando, portanto, demonstrada, pela reserva orçamentária que neste ato foi realizada, a compatibilidade da previsão desses recursos com o compromisso a ser assumido:

Unidade: CÂMARA MUNICIPAL DE CONDADO.

Proj. Atividade: Manutenção das Atividades da Câmara

Elemento de Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

501. Outros Recursos não vinculados.

Fonte: Recursos Próprios da Câmara Municipal de Condado-PB

Condado - PB, 07 de junho de 2024.

MARIANNE VIEIRA SILVA FELIPE DA COSTA

Tesoureira